

que em aspectos parcelares (futebol, música, cinema, gastronomia, etc.) se possam identificar com a vertentes da cultura globalizada ou (des)localizada. É interessante verificar que essa tendência teórica para ver a «mestiçagem» globalizada tenha sido adoptada, em Angola, pelo escritor José Eduardo Agualusa, o poeta David Mestre e o professor Francisco Soares, aos quais repugna assumir que a cultura angolana é de matriz banta e, portanto, como se costumava dantes dizer, de origem «negro-africana», gostando eles de privilegiar os aspectos de influência portuguesa/europeia, numa leitura ideológica que deformou o contributo de Mário António Fernandes de Oliveira para a percepção da formação de uma sociedade «crioula» em Luanda (e não em toda a Angola) interrompida na viragem para e no primeiro quartel do século XX, pela entrada em cena do colonialismo extensivo.

Seria de pensar melhor no que a conceptualização de Glissant tem de inconveniente para interpretar os textos de Mia Couto, uma vez que o contexto social e a história económica e cultural do Caribe em nada se assemelham aos de Moçambique. E o resultado, com todo o aparato teórico e terminológico que um trabalho universitário implica, só pode aparecer como fragilizado, tendo em vista que o escritor moçambicano é um termo de comparação inadequado para o modelo e as teses de partida.

Pires Laranjeira

**UMA HISTÓRIA NA HISTÓRIA
– REPRESENTAÇÕES DA AUTORIA
FEMININA NA HISTÓRIA
DA LITERATURA PORTUGUESA
DO SÉCULO XX
CHATARINA EDFELDT
Montijo, Câmara Municipal
do Montijo, 2006**

Uma das principais linhas de força do construcionismo moderno consiste numa forma de anti-essencialismo militante cuja *bête noire* é um elenco de coincidências históricas a que vagamente poderíamos chamar de «ideologia dominante». A tendência para arrumar coisas sob este ponto de vista parece ter como corolário inevitável uma espécie de numismática das ideias, em que os arautos da coroa dão a cara contra a cara. O estudo de Chatarina Edfeldt sobre as mulheres na história literária portuguesa do século XX é, neste sentido preciso, uma interessante cartografia do esquecimento ou, de outro modo, do silêncio inefável de uma das muitas coroas literárias.

As preocupações principais da autora são desde logo evidentes: ao instanciar um testemunho do preconceito homofóbico e institucional que presidiu à obliteração da escrita feminina no lugar específico da história, ela tem que, de algum modo, explicar a história. O projecto de Edfeldt, ambicioso na sua natureza, é em si mesmo um complexo argumento, auto-consciente e de uma notável coerência programática. Este argumento, porém, sofre de uma con-

formação quase algorítmica com algumas premissas questionáveis, e isto faz com que o jogo nem sempre seja jogado com as regras que a autora tanto se esforçou por estipular.

A crítica de Edfeldt impende *prima facie* sobre a história literária, e os modos pelos quais se constrói a historiografia da escrita. Por inerência, o seu primeiro alvo é o cânone literário. Edfeldt parte de uma descrição simplificada de cânone, que depois de amplificada ao ponto de incluir políticas de poder e discriminação, justifica todo o edifício hegemónico da literatura. A construção de um cânone, que começa vaga e titubeante, parece insuflar-se na perspectiva *edfeldtiana* até um ponto climático de edificação tutelar. O problema é que nem sempre a construção de um cânone é estritamente literária, e alguns dos preconceitos anti-feministas que a autora refere (e bem) não são função de uma hierarquia literária mas social. Uma ideia deflacionada de cânone, como entidade dinâmica em que teste e perdurabilidade sejam vistos de modo operativo, invalida muitas das conclusões de Edfeldt, e pode concorrer para explicar a não sobrevivência das poetisas a que faz menção. Cânone é também um juízo crítico, feito muitas vezes inter-pares, e a sua operacionalidade reduz-se a uma fração limitada do escopo institucional. Também por isto, muitas das macro-descrições que Edfeldt produz sofrem restrições importantes: se o cânone é uma espécie de validação seminal para as estruturas

de poder que se desenvolvem *a posteriori* a partir do seu substrato, toda a diabolização *foucaultiana* que se segue é função da definição muito particular de cânone que Edfeldt *et alia* defendem.

É precisamente esta descrição do substrato canónico que cauciona o percurso incremental do argumento de Edfeldt. O seu ponto de vista, histórico e construcionista, estabelece-se gradualmente a partir das noções de «discurso» e de «representação» contra aquilo a que a autora apelida de «falogocentrismo da ideologia dominante». Isto levanta algumas questões, desde logo porque, se esvaziarmos esta construção de um tom teleológico, conspirativo e *orwelliano*, sobra realmente muito pouco. É curioso, de resto, que Edfeldt explique a grande linha de força do seu argumento – o «essencialismo estratégico» de Spivak – numa singela nota de rodapé na página 21. Mas neste ponto, como em muitos outros, aplicar a teoria do «big brother» não é solução: a tarefa da modernidade passa muito por considerar a história como coincidência, e só assim o futuro faz sentido. Por outro lado, uma das características do discurso hegemónico é justamente não precisar do «outro», ao contrário do que este muitas vezes parece pensar.

A cavalo entre considerações essencialistas e argumentos empíricos, o estudo de Edfeldt acaba por se transformar num mosaico de tonalidades imprevisíveis. Um certo tom estatístico, que desequilibra a análise qualitativa em favor de uma análise quantita-

tiva, é ilustrativo de alguns dos pontos mais importantes, e interessantes, que a autora se propõe fazer — olhar para a persistência das mulheres nas histórias literárias em termos de percentagem é, no mínimo, refrescante. Mas, e em grande medida, o esforço historiográfico em segundo grau que Edfeldt leva a cabo dispensa perfeitamente um meta-argumento, e é precisamente por isto que se torna valioso. Os capítulos 3, 4 e 5, em que se trata especificamente do lugar das mulheres na «história» da literatura, são por isso os mais proveitosos.

O estudo de Chatarina Edfeldt levanta de modo geral alguns problemas pertinentes. O primeiro, desde logo evidente, é o da história, enquanto consumação construtiva de uma anterioridade identitária. Como a própria autora concede, mais do que uma vez, a história literária é por definição panorâmica, e isto traduz-se numa desproporção de princípio: toda a visão geral, e factual, de fenómenos literários, exclui de algum modo o exercício de um juízo crítico. O discurso historiográfico é sempre posterior, e por isto talvez o estudo de Edfeldt tivesse ganho em reproduzir o acervo crítico dos 1900 no que à escrita de mulheres diz respeito. Atacar a história literária é de alguma maneira confortável, embora nem sempre acertado. Aliás, e num sentido muito preciso e importante, o anonimato das mulheres escritoras no século XX português tem muito mais a ver com estigmas

sociais novecentistas e com as políticas genéricas do «Estado Novo» — só para dar um exemplo, nos chamados «liceus femininos» havia nos anos 40 uma disciplina de nome «Economia Doméstica». Se quiséssemos levar este ponto ainda mais além, compreenderíamos talvez melhor a estupefacção de Edfeldt, que vem de um país onde a licença de maternidade (que é igual à de paternidade) se estende por um período de 18 meses, e no qual os cônjuges têm direito a 80% do ordenado mensal. Escrever em Portugal é diferente de escrever noutros lados.

Outro problema decisivo que este estudo levanta é o do estatuto ontológico da escrita de mulheres, que é também um problema de classificação e das minorias literárias. Apesar de todos os esforços da crítica feminista, esta questão ainda não foi resolvida. Certo dia, alguém disse de Jean-Paul Sartre que ele escrevia o que escrevia por ser um pequeno-burguês. Esta atribuição remete para questões curiosas: porque é que nem todos os pequeno-burgueses escrevem? E, por outro lado, porque é que nem todos os pequeno-burgueses escrevem como Sartre? Usar argumentos genológicos extremos (do género «escrevo o que escrevo porque sou mulher») não é a solução: as diferenças podem não ser afinal de género, mas meramente de grau, e isto inutiliza todas as tentativas de se definir «escrita feminina». Deste ponto de vista, o problema não é a história, mas a crítica, quando procura descrever certos traços

e *tropos* literários como «femininos»: e é só aqui que o argumento de Edfeldt da falta de uma genealogia da escrita de mulheres no Portugal do século XX faz sentido.

O estudo de Edfeldt é um alerta, e ao mesmo tempo uma seriação séria e cuidadosa. A sua moldura teórica é menos apelativa do que a sua contraparte empírica, mas nem por isso o equilíbrio entre as duas é ameaçado. Falta (e faz falta) realmente falar de literatura, de mulheres, e do país em que vivemos. Talvez cheguemos às mesmas conclusões que Edfeldt avança no seu estudo. Mas para toda a angústia literária há um paliativo, e para esta em particular, F.R. Leavis tem uma terapêutica imbatível: «Não acredito em quaisquer ‘valores literários’, e não me ouvirão falar deles; os juízos com que o crítico literário se preocupa são juízos sobre a vida».

Ricardo Namora

JORGE DE SENA E CAMÕES. TRINTA ANOS DE AMOR E MELANCOLIA
VÍTOR AGUIAR E SILVA
 Coimbra, Angelus Novus, 2009

«Amor e melancolia, amor e cólera, amor e amargura conjugaram-se em Camões como em Sena»

p. 7

1. Depois de, em 1982, ter escrito um desenvolvido artigo sobre o camonismo de Jorge de Sena¹, Vítor

de Aguiar e Silva acaba de publicar um livro inteiro sobre o mesmo tema, confirmando assim a importância que atribui ao labor camoniano daquele que foi uma das figuras mais controversas e marcantes das Letras portuguesas do século XX, enquanto investigador, professor universitário e escritor. Mas o livro que agora vem a lume não incide apenas sobre Sena e Camões; lido em corpo principal e em notas de roda-pé, o presente volume ocupa-se também da história recente dos nossos estudos literários e da maneira como Sena neles se foi posicionando. Num outro plano, este livro não deixa de falar da Universidade – das muralhas corporativas que a protegem e das trombetas que, apesar de tudo, nessas velhas muralhas vão conseguindo abrir alguns respiradouros.

Por último, é necessário dizer que, embora de forma menos evidente, este livro acaba por ser autobiográfico. Nele se evocam episódios testemunhados pelo próprio Doutor Aguiar e Silva: uns mais remotos, como o de um certo Congresso ocorrido nos Estados Unidos da América, em 1966, na Universidade de Harvard e outros mais recentes, como o da homenagem a Jorge de Sena, promovida no teatro Nacional de S. Carlos, em 2008, pela Fundação José Saramago, que viria, afinal, a estar na génese desta obra; no livro se fala ainda de um grave acidente de saúde, de que o próprio autor foi vítima, nas proximidades do Natal do mesmo ano. Como veremos, esse acidente ajuda, de algum modo, a explicar a coda final do volume.